

IMPOSIÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS: UMA DESAPROPRIAÇÃO PATRIMONIAL DOS ESPAÇOS - O CASO DA VILA CASONI, LONDRINA/PR

OLIVEIRA, Caroline Santos de¹
ANTONELLO, Ideni Terezinha²

Recebido (Received): 15-05-2020 Aceito (Accepted): 14-08-2020

Como citar este artigo: OLIVEIRA, C. S.; ANTONELLO, I. T. Imposições de novos empreendimentos: uma desapropriação patrimonial dos espaços – o caso da Vila Casoni, Londrina/PR. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 321-344, 2021.

Resumo

O presente artigo tem como abordagem principal o modo capitalista de produção dos espaços e a imposição de novos empreendimentos, bem como suas interferências no que se refere ao patrimônio histórico da paisagem cultural e seu valor afetivo para com os habitantes. Enquanto objeto de análise e estudo de caso, tem-se a delimitação inicial do loteamento que originou a Vila Casoni, na cidade de Londrina (PR), a partir de 1936. Entende-se, desta maneira, a formação do bairro como meio através do qual pode se exemplificar a cultura da constituição da cidade, refletindo, assim, costumes, crenças e propriedades socioeconômicas das regiões e de seus habitantes no período de conformação de Londrina. Compreender o surgimento da urbe permeia reconhecer o processo de projeção dos indivíduos no cenário urbano; e conseqüentemente, entender a paisagem cultural enquanto um perfil antropomórfico do espaço, isto é, a transposição das identidades humanas à composição formal dos lugares. Desta maneira, torna-se de demasiada importância identificar patrimônios a serem preservados e resguardados do meio de produção capitalista e suas conseqüências impositivas no espaço. Resultados de levantamento de campo e entrevistas demonstram características morfológicas, impregnadas de afetividades e costumes, na paisagem cultural, bem como a interferência de empreendimentos disformes à imaginabilidade do bairro Vila Casoni e seu caráter patrimonial.

Palavras-chave: Patrimônio. Paisagem. Planejamento-Urbano. Cultura. Capitalismo.

IMPOSITION OF NEW ENTERPRISES: AN EXPROPRIATION OF PATRIMONIAL SPACES – THE CASE OF CASONI VILLAGE IN LONDRINA-PR

Abstract

The main approach of this article is the capitalist mode of space production and the imposition of further enterprises, plus its interferences as regards the historical heritage of cultural landscape and its emotional value for the inhabitants. As the object of analysis and case study, there is the initial allotment delimitation which gave rise to Vila Casoni in Londrina - PR, as from 1936. In this way, This means the building of the neighbourhood as a means of which one can exemplify the culture of city constitution thus reflecting customs, beliefs, and socio-economic properties of the regions and their people in the formation period of Londrina. Comprehending the rise of the city recognizes the process of projection of the individuals in the urban scenario and thus understand cultural landscape as an anthropomorphic space profile, i.e., transposing human identities into formal composition of seats. In this manner, it becomes of too much importance of identifying assets to be preserved and sheltered from the capitalist means of production and its impositive consequences in region. Results of field survey and interviews have shown morphological features, filled with affection and tradition on the cultural landscape as well as the interference of dysfunctional ventures to imageability of Vila Casoni neighbourhood and its patrimonial nature.

Keywords: Patrimony. Landscape. Urban-Planning. Culture. Capitalism

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo; aluna de Iniciação Científica do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina; E-mail: carol.santosoliveira@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3479-1950>.

² Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina; E-mail: antonello@uel.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>.

IMPOSITION DE NOUVELLES ENTREPRISES: UNE DÉPROPRIATION PATRIMONIALE DES ESPACES - LE CAS DE VILA CASONI, LONDRINA / PR

Résumé

L'article a comme principale approche le mode de production capitaliste des espaces et l'imposition de nouveaux produits immobiliers, ainsi que leurs interférences vis-à-vis du patrimoine historique du paysage culturel et de sa valeur affective pour les habitants. Notre objet d'analyse et étude de cas concerne la délimitation initiale de la subdivision qui a donné naissance à Vila Casoni, dans la ville de Londrina (PR), à partir de 1936. De cette façon, la formation du quartier est comprise comme un moyen à travers lequel la culture de la constitution de la ville peut être illustrée, reflétant ainsi les coutumes, les croyances et les propriétés socio-économiques des régions et de leurs habitants à l'époque de la formation de Londrina. Comprendre l'émergence de la ville implique l'analyse de la reconnaissance du processus de projection des individus dans le scénario urbain; et par conséquent, de comprendre le paysage culturel comme un profil anthropomorphique de l'espace, c'est-à-dire comme la transposition des identités humaines à la composition formelle des lieux. Ainsi, il convient d'identifier les actifs à préserver et à protéger des moyens de production capitalistes et leurs actions imposantes dans l'espace. Les résultats des enquêtes de terrain et des entretiens démontrent des caractéristiques morphologiques, imprégnées d'affection et de coutumes, dans le paysage culturel, ainsi que l'interférence de projets incompatibles avec l'imaginaire du quartier de Vila Casoni et son caractère patrimonial.

Mots-clés: Patrimoine. Paysage. Urbanisme. Culture. Le capitalisme

1 Introdução

Sabe-se que o desenvolvimento das cidades possibilitou o surgimento de culturas e crenças, condicionando a urbe a um caráter antropomorfizado, visto que este espaço está diretamente vinculado às características humanas. Contudo, o cenário urbano – produzido por processos sociais – consolida-se não apenas como um retrato de culturas e identidades, mas também como reflexo de uma ideologia impositiva de produção capitalista dos espaços.

O sentimento de “pertencimento” desenvolvido pelos cidadãos está intrinsecamente relacionado à identificação destes para com o ambiente construído; desta maneira, ao compreender os atuais processos de produção dos espaços, identifica-se a crescente não-familiarização das pessoas em relação ao meio em que estão inseridas, acarretando uma catalisação do processo de medo e insegurança urbana, visto que, na contemporaneidade, a produção do espaço conforma-se enquanto componente estratégico para acumulação do capital (BOTELHO, 2007). Com isso, nota-se a desmedida importância que a cidade possui de uma assistência – por meio de políticas públicas de planejamento e gestão urbana – de condicionar a permanência de paisagens urbanas de interesse cultural e patrimonial; as quais, por sua vez, podem refletir processos de evolução da cidade e culturas locais, viabilizando o sentimento de pertencimento espacial.

A Vila Casoni, enquanto campo de estudo, representa um bairro onde algumas características iniciais da história de Londrina (PR) ainda se conformam na paisagem: a casa de madeira, a malha urbana, os lotes, os modos de implantação, as “vilas” produzidas e as relações de vizinhança existentes. Desta forma, à primeira vista, em detrimento à temática central, visa-se compreender a forma de produção e consumo do espaço, os quais não apenas se configuram enquanto palco de uma ideologia capitalista, mas enquanto meio em que se reproduzem as relações de produção do capital “[...] na medida em que a produção e o consumo do espaço e o processo de urbanização são guiados pelos ditames da propriedade privada e são regulados pelas necessidades do capital de gerar valor excedente” (BOTELHO, 2007, p. 17). Por conseguinte, é necessário apreender o processo de formação do loteamento que deu origem ao bairro Vila Casoni (objeto de pesquisa e estudo de caso), bem como seus agentes de constituição. Não obstante, com isso, apontar seu caráter patrimonial de preservação para a história da cidade, dos moradores e da cultura, visto que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) compreendem a proteção dos conjuntos urbanos de valor histórico-afetivo como forma de manutenção do bem-estar social e do resgate das memórias e identidades individuais-coletivas da urbe, as quais proporcionam aos espaços o sentido de “lugar”.

Nesse contexto, vê-se essencial enunciar as novas produções e instalações que estão em processo de consolidação na paisagem cultural da Vila Casoni, e que, por muitas vezes, destoam os sentidos e percepções histórico-culturais presentes na delimitação inicial do bairro, sendo esse o objetivo que centraliza a análise deste artigo.

2 Metodologia

Na abordagem de estudo, encontra-se o uso de levantamento de campo voltado à pesquisa qualitativa, direcionada às “histórias de vida”, e à fenomenologia. A entrevista qualitativa (“história oral”) realizada ocorreu por meio do diálogo desenvolvido, e transcrito, com a família dos agentes sociais que promoveram a criação do bairro histórico Vila Casoni. Esta metodologia foi utilizada a fim de resgatar a percepção e memória, por meio de fontes orais, no que se refere à reconstrução do passado, remontando a relação intrínseca entre o espaço ao qual o indivíduo está inserido e o sentimento de pertencimento:

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimento do futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente

pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. (WEIL, 2001, p. 43 apud GUERRA, 2019, p. 204)

Assim, enuncia-se a conexão espacial que os seres humanos possuem com os espaços, viabilizando o uso das vivências dos indivíduos como fonte de relatos e reconhecimentos de patrimônios culturais (i)materiais que conformam a paisagem.

A fenomenologia, por sua vez, corresponde ao estudo da dimensão psicológica e filosófica da percepção dos objetos, sejam eles materiais ou não, de forma a recuperar a esfera sociocultural a fim de valorizar a história e as percepções dos indivíduos.

O método fenomenológico é um procedimento para descrever o mundo cotidiano da experiência imediata do homem, incluindo suas ações, lembranças, fantasias e percepções; ele não é um método de análise ou explicação de qualquer mundo objetivo ou racional através do desenvolvimento de hipóteses e teorias prévias (RELPH, 1970, p. 193 apud NASCIMENTO; COSTA, 2016, p.45).

É por meio da experiência vivida em que se pode utilizar a abordagem de “histórias de vida” (relatos orais de indivíduos “chave”), em conjuntos com a dimensão fenomenológica, enquanto meio que se torna possível reconhecer a paisagem cultural e patrimonial de uma cidade. Conjuntamente, a entrevista qualitativa não-estruturada se trata de uma “[...] importante estratégia de pesquisa por sua capacidade de transformar os objetos de estudo em sujeitos” (BURGER; VITURI, 2013, p. 4).

Realizaram-se oito entrevistas de caráter qualitativo, sendo três com gravações em áudio transcritas, e todas com apontamentos centralizados para fins de análises e identificações de culturas, costumes materiais e imateriais do dia-a-dia dos residentes e do caráter construtivo (visual-morfológico) do bairro. Utilizaram-se “pessoas-chave”, moradores e comerciantes da Vila Casoni, como fontes de conhecimento e *práxis* urbana popular. Salienta-se, para fins deste artigo, a utilização primordial da entrevista realizada com os membros da Família Casoni – agentes sociais concretos que promoveram a produção do bairro.

Além disso, apoia-se nas abordagens da Percepção Ambiental no que se refere à experiência psico-visual capaz de gerar imagens públicas e uma memória coletiva; e na Morfologia Urbana, a qual corresponde ao estudo e análise do tecido urbano, de seus elementos constituintes e formadores das paisagens ao longo do tempo, e dos processos e agentes sociais que consolidam sua (trans)formação (DEL RIO, 1990).

Segundo Lamas (2004) as características físicas e os elementos formais de composição morfológica na arquitetura correspondem à uma linguagem que reflete uma certa identidade na urbe. Com isso, torna-se viável o estudo das características formais existentes em meio ao espaço da Vila Casoni, viabilizando a identificação de edificações implementadas, na

contemporaneidade, que se concretizam enquanto disformes e conflituosas à paisagem cultural e às identidades consolidadas. “É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com ‘forma própria’ [...]. A tipologia edificada determina a forma urbana, e a forma urbana é condicionadora da tipologia edificada”. (LAMAS, 2004, p. 84-86).

Salienta-se, a compreensão de paisagem cultural enquanto uma análise da composição formal do espaço em detrimento da influência cultural sobre a paisagem natural no decorrer do tempo, “A paisagem cultural é a área geográfica em seu último significado [...]. Suas formas são todas as obras do homem que caracterizam a paisagem” (SAUER, 1925, p. 57).

3 A Produção do Espaço

A produção do espaço, em sua magnitude geral, compreende o resultado de processos sociais em uma área, a partir de agentes produtores da paisagem,

[...] a noção de produção traz questões importantes: seu sentido revela os conteúdos do processo produtivo, os sujeitos produtores, os agentes da redução material do espaço, as finalidades que orientam essa produção no conjunto de determinada sociedade, bem como as formas como é apropriada (CARLOS, 2011, p. 62).

A cidade enquanto espacialidade, corresponde à uma sobreposição dos diferentes usos que transformaram os substratos naturais, ou não-naturais, no decorrer dos anos. Observa-se, segundo Corrêa (1989; 2011) que os “usos” são frutos indissociáveis de agentes sociais concretos, pertencentes à história do desenvolvimento da paisagem urbana, repletos de interesses socioeconômicos, com práticas espaciais próprias e singulares. Verifica-se, que os indivíduos se concretizam em meio à sua existência espacial; logo, a existência está diretamente vinculada à espacialidade dos agentes, em concomitância com as temporalidades sociais e os paradigmas que os acompanham (CARLOS, 2011).

Enquanto agentes sociais, têm-se cinco grandes grupos, assim assinalados por R. L. Corrêa (1989; 2011), não excludentes entre si, transeuntes em seu conjunto e identificáveis à realidade urbana da Vila Casoni (Londrina – PR). Conforme Corrêa (1989), os *proprietários dos meios de produção e serviços* constituem o grupo responsável pela produção, consumo e circulação do capital, conformando-se enquanto grandes utilizadores da terra. Os *proprietários fundiários*, correspondem aqueles detentores de grandes terras, atuando na magnitude máxima de lucratividade, visto que possuem interesses de ordem econômica na obtenção de maior lucro

sobre a menor parcela de terra. Os *promotores imobiliários*, permeiam os corpos e entidades que realizam “estoque”, especulam, edificam e comercializam as áreas.

O *Estado*, por sua vez, pode, assim como os demais, transitar entre todas essas categorias de produtores do espaço; conforma-se como grande consumidor de terras, regulamentador dos usos. Possui um desempenho espacialmente desigual, devido a forma de ação acima das classes sociais e de seus conflitos, reproduzindo as imposições de produção e gerenciamento das ideologias vigentes na atualidade. Os *grupos sociais marginalizados e excluídos*, verificam-se enquanto a população à margem das classes sociais mais privilegiadas. Com isso, observa-se, nestes agentes concretos, a ideologia capitalista na forma de produzir o espaço e, por conseguinte, no método de produzir a paisagem.

Nota-se, segundo Fresca (2002), no crescimento urbano de Londrina (PR), um processo de rápida expansão diretamente vinculado às transformações no modo de produção, circulação, consumo e distribuição de mercadorias/capital. Assim, enunciam-se as marcas e contradições do crescimento na paisagem, a qual fora construída, *a priori*, por incentivos da Companhia de Terras do Norte do Paraná, então *proprietária fundiária e dos meios de produção e serviços*, a partir da década de 1920.

Este processo não se restringiu ao centro-origem da cidade de Londrina (PR), também se refletiu na criação dos bairros adjacentes, e em toda extensão do território do município, visto que o a produção do espaço, no recorte temporal do presente estudo, é guiada pela lógica das relações que o capital proporciona (SPOSITO, 2008; CORRÊA, 2011). Vê-se, na constituição da paisagem da Vila Casoni, os reflexos dessas relações nos usos empregados no momento anterior à sua gênese, ou posteriormente ao seu loteamento, evidenciado os agentes sociais concretos, os regimes de promoção imobiliária que os progenitores do bairro histórico (*proprietários fundiários*) proporcionaram à terra, como também as conflituosas relações de segregação espacial “incentivada” pelo *Estado* e, por conseguinte, a conformação dos *grupos sociais marginalizados* no loteamento, assim demonstrado no decorrer do trabalho.

Entende-se que a produção do espaço é anterior ao capitalismo e às imposições que este causa; “transformar efetivamente a natureza (dominando-a)” é “[...] algo que é próprio do humano. Deste modo, o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza” (CARLOS, 2011, p. 63). Contudo, na contemporaneidade, a concepção capitalista e a (trans)formação do espaço são fatos que estão em diálogos constantes, não-desvinculáveis entre si, no qual o método de produção do capital se reflete em meio à produção morfológica da paisagem. Segundo Sposito (2008), ao realizar a análise sobre a expansão do modo de

produção capitalista global e sua relação com a gênese das cidades, defende que o nascer do capitalismo está diretamente vinculado ao surgimento das cidades; é mediante a economia urbana, do centro dinâmico e das relações sociais e de classes em que se constitui, renova-se e se dissemina.

Sendo a cidade uma imensa concentração de gente exercendo as mais diferentes atividades, é lógico que o solo urbano seja disputado por inúmeros usos. Esta disputa se pauta pelas regras do jogo capitalista, que se fundamenta na propriedade privada do solo, a qual — por isso e só por isso — proporciona renda e, em consequência, é assemelhada ao capital (SINGER, 1980, p. 77).

Em seu princípio, o modo de produção capitalista, vê-se concentrado em dois polos: centros comerciais e de serviços e/ou centros industriais, ou no chamado “centro” da cidade. Contudo, no decorrer de suas mudanças ideológicas e de reprodução, ocorre a denominada “descentralização”. A periferia encontra-se enquanto novo campo de reprodução das relações de classes e produção, “[...] é possível realizar, na ‘periferia’, uma produção do mesmo tipo que a do ‘centro’, promovendo a integração de diferentes territórios em diferentes continentes numa economia mundial” (SPOSITO, 2008, p. 63). Constata-se, assim, uma ação ideológica impositiva para com os espaços, a partir do capital, modificando, construindo e destoando paisagens culturais impregnadas de afetividade, as quais são conformadas por agentes sociais muitas vezes marginalizados e excluídos.

Ao se voltar a análise para escala local, Botelho (2007) demonstra alguns exemplos em que se pode observar a concomitância entre a imposição espacial em detrimento do capital, sendo eles as construções de shopping centers, empreendimentos de turismo e lazer, implementação de centros empresariais, grandes condomínios verticais e horizontais, e/ou edificações voltadas para uso de hotéis e flats. As cidades, bem como aquilo que compõe seu tecido formal, veem-se condicionadas como um lugar onde se reúnem as melhores condições para a proliferação do capitalismo (SPOSITO, 2008), trava-se grandes conflitos entre aquilo que se conforma enquanto cultura e história dos lugares, e as necessidade de reprodução das relações de produção do capital. Implantam-se grandes empreendimentos de caráter acumulativo e especulativo, visando a maior obtenção de lucro sobre a menor e mais barata parcela de terra, sem que haja questionamentos prévios sobre os impactos que podem ocasionar; entram em conflito com a paisagem cultural constituinte da cidade, condicionando uma quebra de afetividade por parte dos habitantes para com os espaços.

Neste contexto, observa-se que a Vila Casoni, enquanto espaço periférico à cidade de Londrina (PR) em seu momento gênese (CESÁRIO et al., 1988), mesmo que regida pela lógica

de acúmulo e disseminação do capital, não se conformou apenas como uma abstração dos espaços onde as singularidades dos corpos, assim refletidas na paisagem cultural, anulam-se em detrimento das conflituosas relações que o capitalismo impõe. Neste bairro, os efeitos da produção do espaço regido pela lógica do capital encontram-se “amenizados” pelos vínculos que os corpos que usufruem do bairro construíram; contudo, na contemporaneidade, torna-se um campo de fragilidade onde as imposições de ordem cumulativa e econômica se instalam, destoando a paisagem histórica-afetiva do bairro, como será demonstrado no presente trabalho.

É por meio desta reflexão que “[...] deve-se ter claro, porém, que o espaço não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos, ele compreende as coisas produzidas e suas relações na sua coexistência e simultaneidade” (BOTELHO, 2007, p. 18). As espacialidades impositivas do modo de pensar e agir da ideologia de acúmulo-produção do capital não devem ser o principal influente na produção do espaço e, por conseguinte, conformador das paisagens; vê-se necessário compreender que áreas não são apenas “espaços”, mas “lugares”, produzidos por pessoas e para pessoas.

É nos lugares que se forma a experiência humana, que ela se acumula, é compartilhada, e que seu sentido é elaborado, assimilado e negociado. E é nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem da verdade, acabam decepcionados, na maioria das vezes (BAUMAN, 2009, p. 35).

É em meio à paisagem cultural em que as experiências antrópicas se conformam e se reproduzem, viabilizando enraizamentos por parte dos habitantes, reconhecimentos de suas identidades e identificação cultural daquilo que se produziu na morfologia da cidade no decorrer das histórias de vida dos cidadãos.

4 Vila Casoni: o retrato de uma Londrina em formação

O desenvolvimento da cidade de Londrina iniciou-se, de maneira sintética, a partir da década de 1920, com o desenho e construção de um projeto fundiário advindo da Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP. A Companhia pretendia parcelar grandes glebas em pequenas propriedades, com intuito de vender tais lotes no emergente mercado consumidor, o qual era atraído devido às grandes terras férteis, a presente riqueza em matérias primas – como a madeira -, e os incentivos à cafeicultura (CESÁRIO et al., 1987). Tal projeto estendeu-se entre os anos de 1924 (início) à 1929 (efetivação). A cidade teve a planta pré-definida pela Companhia, caracterizando-se por um traçado geométrico em forma de tabuleiro de xadrez.

Com a elevação enquanto Sede Municipal na hierarquia administrativa do estado do Paraná, em 1934, e a instalação da ferrovia em 1935, a cidade encontrou-se em um processo de rápida expansão e crescimento (FRESCA, 2002).

O surgimento da Vila Casoni se conforma enquanto um dos primeiros bairros criados, da cidade de Londrina-PR, às margens do domínio de terras da CTNP. A Vila representava o processo de crescimento da cidade, evidenciando as hierarquias de poder (posse de terra), bem como as culturas e pioneirismo impregnados na paisagem cultural. As “histórias de vida” dos moradores do bairro Casoni viabiliza retratar como as famílias migrantes rurais, e urbanas, fizeram parte do bairro, como o constituíram e o conformaram, criando paisagens e características históricas, impregnadas de afetividades por parte dos moradores e também como as relações do capital se estabeleceram para a criação do espaço.

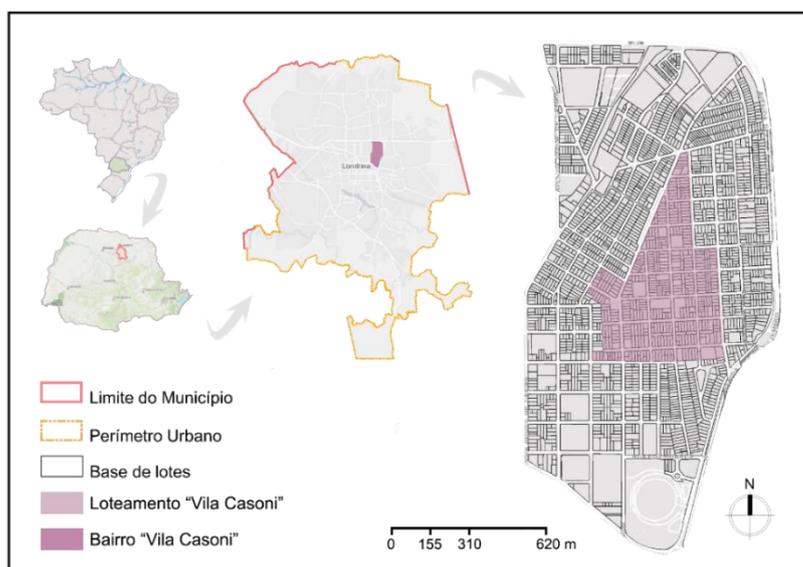
Segundo Cesário (et al., 1988), a vinda dos agentes sociais concretos que deram início ao processo de construção da Vila se deu por volta dos anos de 1935 e 1937. A Família Casoni se deslocou da cidade de Pirajú (SP), estabelecendo-se em Londrina no final da década de 30, com os pioneiros Sr. Domingos Casoni e Sra. Zumira Casoni. Estes, por sua vez, configuraram-se enquanto *proprietários fundiários* que, *a priori*, compraram a gleba rural, nas proximidades do núcleo da cidade de Londrina, com o intuito de construir uma granja – e posteriormente para produção de frutas –, motivados pelo almejo de ascensão financeira nas terras do recém-formado município.

Posteriormente, devido a dificuldades financeiras relacionadas ao pagamento da gleba adquirida da Companhia de Terras (CTNP), e à sugestão do então prefeito da época, Willie Davids, e do engenheiro Alexandre Rasgulaeff, D. Casoni decide parcelar o seu empreendimento (“lote 39”) em pequenos lotes urbanos, em detrimento da proximidade para com a área da cidade, configurando-se, assim, enquanto *promotor imobiliário*, detentor de terras e progenitor do bairro. O loteamento de terras por parte da Família Casoni também foi seguido pelo pai de Domingos, Jorge Casoni, o qual havia adquirido o denominado “lote 39-A” (CESÁRIO et al., 1987; 1988). Desta forma, foi a partir de uma gleba rural em que nasce o chamado bairro Vila Casoni, no qual também se consolidara a produção de um espaço onde as relações do capital se disseminara, mas que, posteriormente, tornara-se campo para imposições que destoam das paisagens culturais consolidadas – promotoras dos enraizamentos dos corpos que a habitam – desvinculado os sentidos de pertença à *urbe*.

Segundo Fresca (2002), em 1936 tem-se o primeiro registro referente à população local de menor poder aquisitivo sendo obrigada a se estabelecer fora do eixo central, “fora” daquilo

considerado enquanto cidade. Os lotes e glebas que margeavam a área urbana se tornaram muito valorizados, mas ainda apresentavam menor custo do que aqueles localizados na região urbanizada; desta maneira, os indivíduos encontraram no loteamento (Figura 1) de Domingos e Jorge C., segundo Cesário et al. (1987), um palco para seu estabelecimento, devido ao baixo custo dos terrenos em detrimento daqueles comercializados pelo domínio da Companhia de Terras do Norte do Paraná; encontram-se, desta maneira, os *grupos sociais marginalizados e excluídos*, sendo englobados não mais numa realidade exclusivamente rural, mas em processo de urbanização.

Figura 1. Localização de Londrina (PR) - Bairro e Loteamento “Vila Casoni”.



Fonte: SIGLON. Org. Autoras.

Ambos loteamentos tiveram publicação no Jornal Paraná Norte, nº 192; apresentara-se, assim, a data de registro dos documentos referente à Vila Casoni em 17 de Junho de 1938. O loteamento do recém-formado bairro apresentava um traçado contínuo em relação às pré-existências do que se considerava enquanto cidade, pois representava uma continuação do traçado ortogonal presente (YAMAKI et al., 2001).

Domingos C. além de vender as datas do novo empreendimento urbano, de certo caráter ainda rural, muitas vezes construía as casas para os compradores. Estas casas, por sua vez, apresentavam mesma tipologia construtiva; construídas, muitas vezes no alinhamento da calçada (CESÁRIO, 1987), formando, assim, a figuratividade de ruas-corredor (Figura 2).

Figura 2. Uma das casas construídas no alinhamento da rua, pelo pioneiro Domingos Casoni.



Fonte: Cesário et al. (1987)

Com o crescimento da Casoni, as casas tanto foram construídas ao alinhamento da rua, como recuadas ao terreno. Os quintais, assim constituídos, representavam o encontro entre o público e o privado; tornaram-se uma extensão múltipla, promovendo ações públicas, como reuniões de vizinhos, festas e comemorações/acontecimentos religiosos (CESÁRIO et al., 1987; 1988). A casa constituía-se enquanto parte fundamental da vizinhança e construía a paisagem na medida em que os moradores impregnavam os lotes com suas crenças e afetividades, configurando, assim, um pertencimento para com os lugares e à imagem cultural do bairro.

Para os moradores do bairro Casoni, a casa é ‘a morada, o teto’ onde se sentem acolhidos e o cenário para o grupo familiar. Constitui-se em aconchego para pessoas que possuem ‘o mesmo sangue e seguem a mesma tradição’. Essa idéia de tradição de família supõe valores, objetos e relações que cabe ao grupo preservar. São símbolos coletivos que distinguem as residências dando-lhes um modo de ser e estar expressando um lugar moral. (CESÁRIO et al., 1987, p. 31)

Sistematicamente, segundo H. Yamaki et al. (2001) com o crescimento do número de moradores, o bairro se densificou; logo, a implantação das casas e/ou comércios-serviços que se davam em uma unidade por lote – onde ocupava-se apenas o contorno da quadra coexistindo um miolo livre – coincidiram com uma realidade diferenciada. O número de construções per data fora adensado, conformando-se, assim, pequenas “vilas” intra-bairro, isto é, construiram-se mais de uma unidade de edificações voltadas para habitação, comércio e/ou serviço em um mesmo terreno, alinhadas ou dispersas na parcela de área. O lote, tornara-se, assim, palco para resolução dos diferentes programas de necessidades dos usuários e de seus costumes.

Além disso, no que se refere às edificações voltadas ao uso residencial, quando recuadas do alinhamento predial, estas apresentavam muros de baixa estatura que, por conseguinte, viabilizavam maior contato visual e afetivo para com aqueles que residiam no bairro. Na contemporaneidade, ainda permanecem vestígios daquilo que viabilizara parte do sentimento de vizinhança e pertencimento. Encontram-se ainda muros pequenos, com algumas intervenções, como a adição de gradis. Não obstante, a tipologia de composição formal destas

edificações apresenta uma cultura construtiva na qual pode se observar padrões que reforçam valores e culturas assim existentes aos moradores. A presença de varandas frontais, nas remanescências históricas, representam simbolicamente a relação de troca entre o público e o privado, como foi possível visualizar na pesquisa empírica (Figura 3).

Figura 3. Tipologia residencial. Rua Tupiniquins.



Fonte: Trabalho de campo (2020). Foto: Autoras (2020).

No que diz respeito aos comércios e serviços, verifica-se a ocupação desses usos frente às esquinas (YAMAKI et al., 2001), e, quando em meio de quadra, encontram-se rente ao alinhamento predial daquilo que se constituía enquanto rua. O coroamento da Vila Casoni histórica, por sua vez, conforma-se muitas vezes em padrões triangulares, evidenciando as residências e comércios-serviços edificados em madeira. Todavia não apenas a geometria básica triangular se apresenta em meio à paisagem, encontram-se vestígios da forma retangular, a qual está mais restrita às construções comerciais em alvenaria, onde muitas apresentam traços do estilo *art déco*³ em suas platibandas frente ao alinhamento predial, como é possível visualizar na Figura 4.

³ O *art déco* apropria-se da geometrização dos ornamentos e se aprecia dos altos e baixos relevos na composição de planos. Em Londrina, algumas edificações exemplificam planos ornamentais em forma de elementos geométricos com detalhes sinuosos, aerodinâmicos e/ou escalonados em meio à fachada.

Figura 4. Comércios em esquina e rente ao alinhamento predial, com traços da platibanda em *art déco*. Rua Caraíbas.

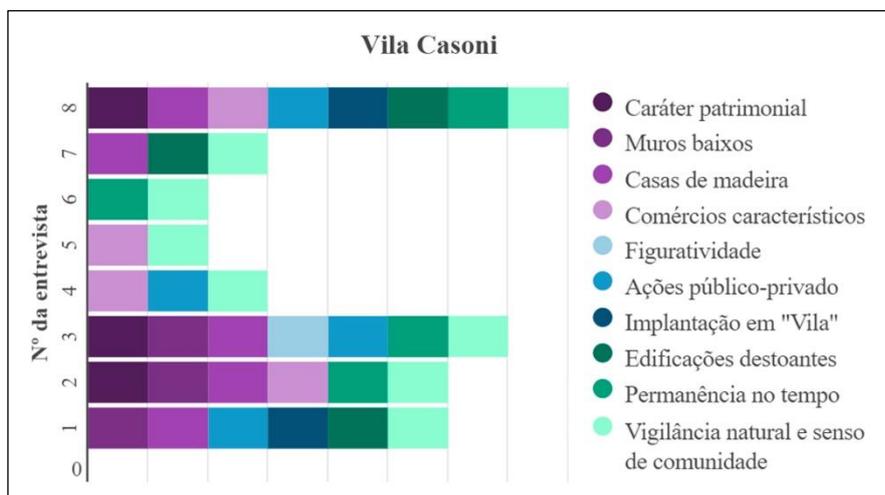


Fonte: Trabalho de campo (2020). Foto: Autoras (2020).

Ao falar de “Vila Casoni” certamente encontra-se uma imaginabilidade de fácil acesso à psique dos transeuntes e moradores de Londrina - PR, uma vez que se identifica uma linguagem espacial própria e extensa da paisagem cultural consolidada. Para Kevin Lynch (1960), a criação da imagem ambiental, ou seja, a identificação da paisagem cultural que circunda os seres humanos, decorre de um processo bilateral o qual se resulta de uma relação entre o observado e o observador. “Aquilo que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e se organiza e como se dirige a atenção afeta, por sua vez o que é visto” (LYNCH, 1960, p. 144). Segundo o autor a imagem é caracterizada por meio dos componentes físicos da realidade exterior mediante a identidade, estrutura e significado, por meio daquilo que torna o lugar único, com características próprias, mediante a forma do lugar e da ligação que os indivíduos adquirem com o local, seja na esfera da funcionalidade ou na esfera da afetividade. Atribui-se, assim, a imaginabilidade à identidade urbana, que, no que se refere à Vila Casoni, está presente tanto na vida cotidiana dos moradores, como nos aspectos formais constituintes da paisagem cultural.

Essas proposições e análises da paisagem material que viabiliza a existência da paisagem imaterial (relações entre os corpos e os lugares) se traduz no imaginário dos usuários do bairro. A Figura 5 evidencia as percepções das oito entrevistas no trabalho de campo daquilo que compõe a paisagem cultural da Vila Casoni, remontando as características formais de composição e os simbolismos de culturas existentes e enunciados no presente trabalho.

Figura 5. Gráfico síntese: entrevistas – Vila Casoni.



Fonte: Trabalho de campo (2020). Foto: Autoras (2020).

A Vila Casoni não apenas pertence à memória de constituição histórica da cidade de Londrina, conforma-se, também, enquanto memória afetiva, enquanto maneira pela qual os moradores se reconhecem em meio à paisagem, constroem-na, e, por conseguinte, viabilizam a permanência dela em meio ao espaço-tempo. É nas paisagens impregnadas de culturas e afetividades, que a vida urbana se constrói, renova e permanece, e são nos fragmentos existentes em que tais identidades se constituem.

5 Patrimônio *versus* novos empreendimentos

Enquanto patrimônio cultural e histórico urbano, tem-se, conforme a Carta de Petrópolis (1987):

Entende-se como sítio histórico urbano o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações.

[...]

O sítio histórico urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente [...]. (IPHAN, 1987, p. 1)

Compreende-se patrimônio cultural e histórico urbano como aquilo a ser preservado não apenas enquanto obra monumental isolada, mas os conjuntos que apresentam demasiado valor histórico à cidade e, por conseguinte, à paisagem urbana; um valor afetivo-cultural aos moradores e àqueles que usufruem do espaço. “Esse patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultura” (IPHAN, 1975, p. 1). É

a partir disso em que se identifica o retrato da Vila Casoni, sua formação, seus residentes, bem como toda imaginabilidade morfológica que esta se apresenta na memória coletiva da cidade, enquanto sítio indispensável à formação e consolidação urbana de Londrina (PR).

Esta relevância patrimonial é evidenciada não apenas pelas identificações de paisagem e afetividade no trabalho de campo desenvolvido (Figura 5), mas também por meio do Documento para Discussão do Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina, o qual remontando a Vila Casoni como área de maior importância para os usuários da sede do município, na escala do bairro (YAMAKI et al., 2003).

O cotidiano da Vila Casoni, as impregnações afetivas e culturais por parte dos agentes sociais que a constituíram, expressam a história de vida de um segmento social que emergia no meio urbano que, por sua vez, com muitas dificuldades, acumularam um pequeno patrimônio para se afetuar. Compreender o processo de formação do bairro enquanto resultado também de uma produção capitalista do espaço, de uma cultura morfológica construtiva e de uma população que estava à margem da hegemonia econômica territorial da CTNP (Companhia de Terras do Norte do Paraná), significa apreender os valores que a paisagem representa ao espaço urbano. O reconhecimento da imagem da Casoni reflete, também, as relações sociais pré-existentes nos âmbitos públicos e privados; revelam-se, a partir daquilo consolidado, identidades e trajetórias que se afeiçoaram à população à margem do que considerava urbano.

Em entrevista, realizada com Zelfa Casoni (prima de Domingos Casoni e sobrinha de Jorge Casoni), juntamente com suas filhas Zeneide e Senati, evidenciaram a todo momento a relação de afetividade para com o bairro, vislumbrando, desta maneira, a passagem daquilo que se caracteriza enquanto “palco de experiências” para “lugar vivido”. Tal sensibilidade de pertencimento, orgulho e reconhecimento para com o espaço demonstra uma investida no que se refere à preservação do patrimônio, viabilizando a permanência da casa que pertencera à Família Casoni, e, com isso, à paisagem cultural. O sentimento de se entender enquanto parte constituinte da formação do bairro se reflete na fala das entrevistadas:

16:38 AA: A gente queria saber de vocês mesmo, assim, como que vocês se sentem em relação ao bairro?

16:43 S: Ah, eu sinto assim, que é um bairro muito bom, sinto orgulho.

16:48 AA: *Aham*, da pra ver isso!

16:50 S: De eu estar aqui, fui criada aqui e saber tudo, o fundamento de cada morador. (CASONI et. al., 2020, p. 4).

Nesse sentido, segundo Carlos (2011), em consonância Plano Diretor de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina (YAMAKI et al., 2003) e com as declarações em entrevista no trabalho de campo, observa-se a necessidade da permanência do bairro, em detrimento deste

ser um aspecto fundamental da reprodução e consolidação da vida dos moradores. Não obstante, conforme Cesário et al. (1987, p. 43), o reconhecimento das trajetórias individuais, bem como as relações sociais que suscitaram e conformaram o espaço e a paisagem urbana da Vila Casoni, fazem com que os moradores se identifiquem enquanto semelhantes, formadores de um todo, conferindo-lhes uma identidade própria, a qual se reflete nos costumes (i)materiais do bairro.

Para eles é significativo lembrar de suas trajetórias de vida e os problemas enfrentados no desbravamento de uma região. Nesse processo de resgate da memória, valorizam a rede de relações sociais que construíram no passado que estão, em certa medida, presentes no seu dia-a-dia. (CESÁRIO et al., 1987, p. 43).

No que se refere ao aspecto morfo-visual material consolidado no espaço urbano, tem-se o exemplo remanescente de uma das produções da Família Casoni. A casa, por sua vez habitada por Z. Casoni e suas filhas, configura-se enquanto objeto construído que retoma as relações de massa edificada no bairro e, por conseguinte, no lote. Localizada com duplo acesso, na Rua Caraíbas e na Rua Othelo Zeloni, a casa representa a constituição de ritmo geométrico, formas e padrões que se consolidaram na paisagem e nas relações sociais entre público-privado, apresentando varandas, implantação em “vila” e materiais remanescentes do momento de sua construção. Nota-se a importância cultural de permanência física da casa precursora, de madeira, na Vila Casoni, devido a esta propiciar o reconhecimento histórico de surgimento do bairro, bem como a passagem-permanência dos idealizadores e agentes criadores do que se entende enquanto Casoni histórica.

Contudo, a relação entre a paisagem cultural consolidada e a implantação de novos empreendimentos encontra-se em situação conflituosa, assim observado em trabalho de campo. Isto se dá “[...] na medida em que a cidade se torna um grande negócio para o capital, as leis de mercado passam a ditar as regras do ordenamento da configuração socioespacial urbana” (BOTELHO, 2007, p. 17). Com isso, implantam-se edificações voltadas à produção e acumulação do capital, reproduzindo as relações sociais e hierarquias capitalistas, que destoam da imagem histórica e de todo o valor afetivo de pertencimento que estão impregnados na imaginabilidade e na morfologia da paisagem cultural que, por sua vez, proporcionou uma mitigação dos efeitos da produção do bairro também regida pela lógica do capital.

A disputa espacial, por parte de novos empreendimentos a serem implantado no meio urbano, dá-se de forma tendenciosa a invadir, por muitas vezes, antigos bairros residenciais (SINGER, 1980). Segundo Guerra (2019, p. 209), “Bairros que conseguem construir relações humanas próximas e saudáveis, que criam um espírito de comunidade, geralmente se tornam alvos lucrativos de um mercado que sonda a singularidade dos lugares”; com isso, constata-se,

a partir das entrevistas qualitativas e identificações de campo, o bairro Vila Casoni em situação de vulnerabilidade espacial, na qual as identidades e culturas são negligenciadas e sobrepostas. “Dessa forma, o espaço, consumido produtivamente nas estratégias de acumulação capitalista, é transformado, tem suas qualidades alteradas pelo consumo” (BOTELHO, 2007, p. 19).

O processo de desapropriação patrimonial da paisagem cultural urbana, em especial da Vila Casoni, ocorre gradualmente na medida em que os espaços produzidos na contemporaneidade se atrelam às relações de consumo e de produção, retratando não mais valores históricos e morfológicos de uma constituição decorrida de uma população que estava a margem da cidade de Londrina. As novas massas edificadas, provenientes de empreendimentos voltados a serviços ou a comércios, segundo Sposito (2008), veem-se na situação de descentralização das unidades produtivas, com isso, nota-se uma busca por espaços de fragilidade urbana para a alocação destes polos que, em sua maioria, cada vez “[...] possuem menos relação com seu entorno imediato, constituindo verdadeiras ilhas no urbano, que, com uma arquitetura bem característica e com uma padronização socioeconômica, exclui como usuários as camadas da população de rendimentos médios e baixos” (BOTELHO, 2007, p. 33).

A imposição em meio ao espaço edificado é tangível à realidade da Vila Casoni. Edificaram-se massas disformes à tradição construtiva – identificadas por levantamento fotográfico e por meio de declarações dos entrevistados no trabalho de campo – tanto no que se refere às relações de gabarito de altura, geometria de coroamento, cheio e vazios, cores, ritmos e aberturas, como também nas relações de segurança e vigilância natural existentes na tradição do bairro.

As relações sociais entre os moradores da Vila Casoni, que conformaram sentimentos de vizinhança e pertencimento, viabilizaram a existência daquilo que se denomina enquanto “vigilância natural”, isto é, os próprios indivíduos voltam os olhos aos espaços públicos, identificando padrões, pessoa e formas, fixas ou móveis, em meio à paisagem, condicionando um policiamento intuitivo do bairro. Devido às fragilidades patrimoniais em que se encontra, identificam-se empreendimentos que entram em confronto com esta realidade. A implantação do Hotel Dunamys no bairro, representa, para a vizinhança, em detrimento das aberturas e fechamentos em meio à fachada, uma imposição daqueles “não pertencentes” à Vila Casoni, ou seja, as múltiplas aberturas voltam-se ao espaço público e ao privado (devido à alta estatura do edifício), criando uma vigilância reversa, onde o vigiado se torna o residente do bairro e não mais o “estranho”, o qual é representado pela figura do transeunte em meio ao espaço.

A associação entre aquilo que a casa pertencente à Família Casoni e o Hotel Dunamys, o qual foi construído logo à frente, na Rua Caraíbas, apresenta uma tipologia conflituosa para com a paisagem construída, com gabarito de altura elevado, em relação à constituição histórica horizontal da Vila Casoni. A arquitetura do hotel distorce e modifica completamente a paisagem urbana local (Figura 6).

Figura 6. Planta de identificação.



Fonte: ArcGis Web Map, Street View e Autoras. Org.: Autoras.

Devido à localização próximo ao terminal rodoviário, ao centro e ao shopping, na cidade de Londrina, muitas pessoas hospedam-se no empreendimento, demandando uma maior necessidade para vagas de estacionamento. Uma das propostas deste hotel é comprar o lote onde se localiza casa da Família Casoni para a construção de um estacionamento (CASONI et al., 2020). Mesmo a família possuindo total compreensão da importância histórica, arquitetônica e cultural da casa, observa-se certa tentação econômica por parte das moradoras em relação à venda para a instalação/expansão do empreendimento. Não obstante, constata-se que tal afeição à venda está diretamente ligada à uma ideia de “modernidade” que a instalação do Hotel trouxe à paisagem. Além disso, este falso ideário é agravado a partir de uma desvalorização verbal e imobiliária condicionada pelo proprietário do Hotel e comprador potencial do terreno da Família Casoni, como se pode identificar na fala da entrevistada:

24:15 AA: E a senhora acha, que nem esse hotel aqui da frente, ele é totalmente diferente do resto das casas, essas coisas. Você acha que isso é uma coisa ruim ou uma coisa boa?

24:24 Ze: É uma coisa bem de luxo, boa, e então que nem o dono aí, o Marcelo Caldereli, sabe? Ele veio várias vezes aqui pra poder comprar aqui pra fazer estacionamento. A minha mãe, a primeira vez pediu 500 mil, depois na segunda pediu 600. Ele fala que só vale 300, então não tem negócio. E minha mãe ela tem idade assim, mas ela é esperta, sabe? Só que aqui é muito feio.” (CASONI et al, 2020, p. 6).

Todavia, existe ao mesmo tempo a reflexão de venda do imóvel como também o reconhecimento da história que este carrega para com a paisagem cênica e cultural que compõe à Vila Casoni e, por conseguinte, à Londrina. Senati, filha de Zelfa Casoni, afirma que a tentativa de compra e desmanche das construções representa um ensaio por parte dos empreendedores de quererem “acabar com a história!” (CASONI et al., 2020, p. 6).

A cidade de Londrina (PR), prevê, na Lei Municipal nº 12.236/2015, que dispõe sobre o Uso e a Ocupação do Solo, uma zona de interesse patrimonial (Zona Especial de Ocupação Controlada Casoni ou ZE – 2.1) que visa a flexibilização dos parâmetros urbanísticos a fim de ser manter os padrões existentes no período de conformação da Vila Casoni (Figura 7).

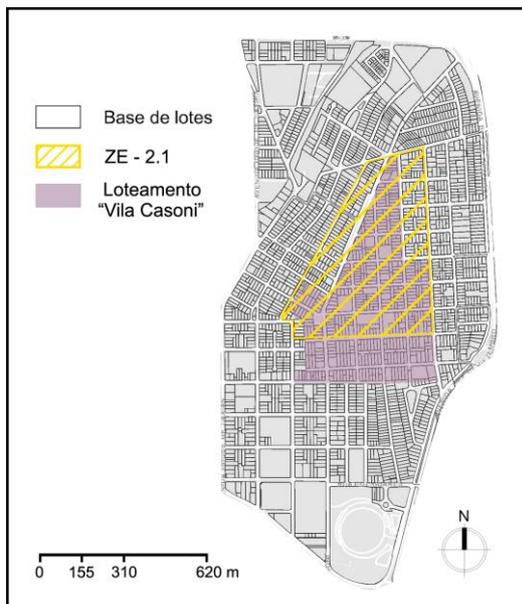
Art. 164. A Zona Especial de Ocupação Controlada Casoni destina-se à manutenção das qualidades espaciais tradicionais do bairro pioneiro de Londrina.

§ 1º É permitida a manutenção das características de parcelamento, uso e ocupação existentes e tradicionais da ZE-2.1, condicionada à preservação de elementos urbanos de valor cultural e aprovadas pelo órgão responsável pelo Patrimônio Histórico do Município, com base nos critérios definidos pela *Lei nº 11.188/2011*.

§ 2º São consideradas “de origem” as características urbanísticas e arquitetônicas tradicionais da ZE-2.1, relacionadas à forma urbana original ou à cultura de ocupação daquele espaço urbano.

§ 3º As unidades tipo casas térreas isoladas, em madeira ou alvenaria, e as vilas de fundo da data são ocupações tradicionais a serem incentivadas nos casos de ampliação, reforma e substituição. (LONDRINA, 2015)

Figura 7. Planta de identificação do Bairro, Loteamento e Zona Especial.



Fonte: SIGLON. Org.: Autoras.

Com isso, a iniciativa e reconhecimento por parte poder público se torna tangível à realidade de necessidade de preservação para com a paisagem cultural do bairro histórico e, por conseguinte, à realidade de afetividade socioespacial dos moradores-usuários. Verifica-se, assim, a complexidade e contradição no que se refere ao modo impositivo de implantação de empreendimentos que retratam a prática hegemônica capitalista para com o espaço edificado consolidado na imagem da cidade. As culturas e identidades encontram-se em uma margem de vulnerabilidade espacial que, mesmo com suporte legislativo para as permanências e reconstituições, catalisa o processo de desapropriação patrimonial por partes da instalação de novos empreendimentos.

6 Considerações finais

Apreender a importância patrimonial da paisagem urbana histórica significa viabilizar a identificação de culturas, condições sociais e sociedades que construíram as cidades. É por meio de permanências substanciais, que detenham valores histórico-sociais, em que se pode propiciar às gerações futuras o reconhecimento da constituição dos espaços e das relações que ali se produziram, bem como um sentimento de pertencimento-enraizamento em meio às culturas, afetividades e imagens existentes.

Com isso, observa-se que o enraizamento pode ser condicionado pelas paisagens, já que estas refletem a passagem de gerações e a participação dos agentes sociais em meio ao espaço

construído. Segundo Karla B. Guerra (2019) viver no ambiente urbano está intimamente relacionado à morfologia da cidade, a qual, por sua vez, condiciona diariamente as práticas culturais e suas consequências. Contudo, é por meio das grandes intervenções urbanas na paisagem cultural, como também com a especulação imobiliária, em que ocorre o processo de desenraizamento, destoando a imaginabilidade presentes aos usuários. Conforme a Carta de Petrópolis, “[...] considera-se essencial a predominância do valor social da propriedade urbana sobre a sua condição de mercadoria” (IPHAN, 1987, p. 2), pois, torna-se demasiadamente importante reconhecer a primazia dos valores socioculturais dos espaços, e, por conseguinte, da paisagem cultural, em detrimento dos valores capitais.

Não se torna objetivo do presente trabalho uma especulação desmedida acerca do processo contemporâneo de patrimonialização compulsiva na qual o patrimônio cultural, afetivo, turístico e afins, tornam-se também formas simbólicas de empreendimentos ao mercado, como remontado por Nogueira (2014); torna-se objetivo o reconhecimento da Vila Casoni como sítio urbano já consolidado como patrimônio de Londrina (PR), como observado por Yamaki (et al., 2003), seja no espectro morfológico da paisagem cultural, ou na imaginabilidade que o espaço conforma na psique dos cidadãos, bem como a identificação de massas construídas em meio ao bairro que destoam da imagem existente.

O medo urbano agrava-se na medida em que os transeuntes não mais se sentem pertencentes aos espaços; o enraizamento para com os lugares se dá, por muitas vezes, pelos reconhecimentos culturais em meio às paisagens, as quais, na contemporaneidade, encontram-se em vulnerabilidade patrimonial. Guerra (2019) afirma que a vida nas cidades fragiliza os vínculos dos indivíduos no que se refere à experiência do presente e à experiência do passado. São nas cidades, e principalmente nas grandes metrópoles, em que o processo de enraizamento, os momentos coletivos, ações e padrões culturais do dia-a-dia, e os vestígios materiais se dissipam; minimizam-se, ou até mesmo se dizimam, raízes que se estabeleceram na paisagem cultural, as quais promovem o pertencimento aos moradores e transeuntes em meio à *urbe*.

Esta quebra se apoia nos poderes hegemônicos que se apropriam dos espaços e impõem suas ideologias. Para Bauman (2009, p. 35) as cidades contemporâneas conformam-se enquanto campos de batalha, onde aquilo que se identifica como “identidade” e os “poderes globais” – ideologias hegemônicas, como exemplo o modo de produzir o espaço capitalista – entram em constantes confrontos espaciais. Tais confrontos, por muitas vezes, catalisam o medo em meio à cidade devido à sobressaliência de determinadas ideologias que desenraizam os indivíduos e condicionam a desconfiguração das paisagens culturais.

É por meio desta em que se identifica e necessidade de permanência patrimonial, no caso em foco da Vila Casoni, como forma de minimizar efeitos do desenraizamento e, por conseguinte, o medo urbano. Dessa forma, torna-se inerente à toda e qualquer intervenção em meio à paisagem o estudo de seus impactos à cultura, história e, principalmente, aos usuários dos espaços e da paisagem cultural.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BOTELHO, Adriano. A cidade como negócio: produção do espaço e a acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 18, p. 15-38, 2º semestre, 2007. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/8727/6474>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 10 abr. 2020.

BURGER, E.; VITURI, R. C. I. Metodologia de pesquisa em ciências humanas e sociais: história de vida como estratégia e história oral como técnica – algumas reflexões. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, XI. 2013, São Paulo. **Anais**. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_antteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/poster/reneecoura_ivovituri_edneiareginaburger.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CARLOS, A. F. A. Da “Organização” à “Produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

CASONI, Zelfa et al. **Família Casoni**. Entrevistadores: Amanda Zanato Mensato e Ana Flávia Pires dos Santos. Transcrição: Ana Flávia Pires dos Santos e Autora. Londrina, 15 fev. 2020. Disponível em: <https://archive.org/details/entrevista_familia_casoni_transcricao_carolinesantosdeoliveira_202004>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CESÁRIO, A. C. et al. **Onde o bairro é a casa**. Londrina: COCITEC; IPAC; UEL, 1987.

CESÁRIO, A. C. et al. **Vila Casoni: retratos de um bairro londrinense**. Londrina: IPAC; UEL, 1988.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-51.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FRESCA, T. M. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 241-264, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6728>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GUERRA, K. B. História de vida e o direito ao enraizamento. In: MAIA, A. C. N. (Org.). **História oral e direito à cidade: Paisagens urbanas, narrativas e memória social**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 199-219.

IPHAN. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: IPHAN, 1975. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

IPHAN. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis: IPHAN, 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Jornal Paraná-Norte. Edital: Loteamento de Imóveis. **Paraná-Norte**, Londrina, p. 6, 19 jun. 1938. Acervo: Museu Histórico de Londrina. Disponível em: <<http://www.pergamum.cultura.pr.gov.br/pergamum-seec/vinculos/0000f8/0000f86a.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2020.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 3ª Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1960.

NASCIMENTO, T. F.; COSTA, B. P. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 20, n. 3, p. 43-50, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/20152/pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2020.

NOGUEIRA, A. G. R. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, v. 7, n. 14, p. 45-67, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>> Acesso em: 12 abr. 2020.

LONDRINA. Lei nº 12.236 de 29 de janeiro de 2015. Dispõe sobre Uso e a Ocupação do Solo no Município de Londrina e dá outras providências. **Jornal Oficial nº 2637**, Londrina,

PR, 02 fev. 2015 . Disponível em:

<<https://www1.cml.pr.gov.br/leis/2015/web/LE122362015consol.html>>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SAUER, C. O. **A Morfologia da Paisagem**. Tradução de: Gabrielle Corrêa Braga. Revisão de: Roberto Lobato Corrêa. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFRJ, 1925.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia – BPG**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, dez., 1980. Disponível em:

<<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1044/932>>.

Acesso em: 14 abr. 2020.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 15ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

YAMAKI, Humberto et al. Reabilitação Urbana Vila Casoni: Vilas como Transformações Aditivas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 22, n. 1, p. 75-82, set. 2001.

Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3887/3124>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

YAMAKI, Humberto et al. **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural de Londrina: Documento para Discussão**. Londrina, 2003.